



Demonstrações Financeiras 2022

Votorantim Cimentos N/NE S.A.

CNPJ/MF nº 10.656.452/0001-80

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras (DFs) da Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("VCNNE" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

1. CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

A manutenção da taxa básica de juros do Brasil (Selic) em patamares elevados (13,75% ao ano), o crescente endividamento das famílias e a lenta recuperação dos salários dificultam o acesso a empréstimos e crédito. Com o impacto negativo no poder de compra, as pessoas direcionam seus gastos para itens básicos como alimentação e vestuário, postergando investimentos em obras e reformas, considerando esses fatores houve uma queda no setor de autoconstrução, o qual foi o vetor de vendas entre 2019 e 2020. O mercado de cimento finalizou o ano de 2022 com uma retração de 2,8% comparada com o ano anterior, de acordo com Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). Ainda que o cenário seja incerto, a indústria do cimento segue otimista com a retomada dos investimentos em infraestrutura e com a possibilidade de elevar a presença do cimento em programas habitacionais, de saneamento e rodovias. Sendo assim, a associação brasileira projeta um crescimento de 1% no consumo de cimento em 2023.

2. RESULTADOS

A receita líquida da Companhia totalizou aumento de 23%, R\$ 3,2 bilhões em 2022 comparado a R\$ 2,6 bilhões em 2021, principalmente devido ao aumento de preços, que compensou a ligeira queda de volume do mercado no período. A queda da demanda de cimento foi devido ao arrefecimento no setor de autoconstrução, impactado pela conjuntura macroeconômica e foi parcialmente compensado pelos setores imobiliário e de infraestrutura.

O valor do custo dos produtos vendidos e serviços prestados (CPV) aumentou 35% no ano de 2022 quando comparado com 2021, atingindo R\$ 2,5 bilhões, explicado principalmente pela pressão da inflação de custos do setor, principalmente nos custos de combustível, fretes, energia e matéria-prima, todos com participação significativa na estrutura de custos da indústria. As despesas com vendas e administrativas foram de R\$ 168 milhões em 2022, aumento de 3%, devido a reajustes atrelados a inflação. Com isso, o lucro operacional atingiu R\$ 511 milhões, uma diminuição de 18% comparado com o resultado de R\$ 625 milhões em 2021. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 329 milhões, queda de 15% em comparação com o lucro líquido de R\$ 385 milhões em 2021.

3. LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO

No final de 2022, a dívida bruta¹ totalizou R\$ 720 milhões, mantendo nível equivalente ao fechamento de 2021 (R\$ 721 milhões). Em abril de 2022, a Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA") e a Companhia renegociaram os termos de dois contratos de dívida sob a Lei 4.131/1962, a primeira no montante de USD 100 milhões e a segunda no montante de USD 50 milhões, respectivamente. Ambos os contratos tiveram seus vencimentos postergados para 2028 e possuem *swap* com a mesma instituição financeira para mitigar exposição de taxa de juros e moeda.

4. INVESTIMENTO E DESINVESTIMENTO

A Companhia encerrou 2022 com CAPEX de R\$ 200 milhões, 23% maior comparado com 2021. Esse aumento nos investimentos está em linha com a estratégia da VCSA e da Companhia em projetos de modernização com foco em competitividade e alinhado a compromissos ASG (ambiental, social e governança).

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	673.812	62.433	Empréstimos e financiamentos	19(b)	22.012	17.718
Aplicações financeiras	9(b)	77.024	34.202	Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	54.164	45.180
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	48	1.669	Arrendamentos	18(c)	4.322	11.765
Contas a receber de clientes	10(b)	155.617	118.767	Risco sacado a pagar	20	151.864	84.184
Estoques	11(b)	457.088	460.978	Fornecedores e outras contas a pagar		362.411	353.632
Tributos a recuperar	12(b)	121.782	249.150	Salários e encargos sociais		43.986	38.876
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		36.193	16.391	Tributos a recolher		45.252	25.550
Outros ativos		11.260	7.925	Adiantamento de clientes		10.905	7.035
				Dividendos a pagar	13(b)	57.762	34.409
				Uso de bem público	23(b)	54.932	50.344
				Outros passivos		77.408	21.353
				Total do passivo circulante		885.018	690.046
Total do ativo circulante		1.532.824	951.515	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	19(b)	697.633	703.771
Realizável a longo prazo				Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	136.897	107.256
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	164.676	178.996	Arrendamentos	18(c)		620
Tributos a recuperar	12(b)	98.675	60.852	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21(c)	173.318	132.738
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		326	326	Partes relacionadas	13(b)	6.600	6.600
Partes relacionadas	13(b)	3.319	16.032	Provisões e depósitos judiciais	22(b)	237.187	227.137
Depósitos judiciais	14(b)	102.434	86.926	Uso de bem público	23(b)	656.858	661.860
Benefícios de plano de pensão	24(b)	2.130	2.032	Outros passivos		77.267	10.157
Outros ativos		4.749	4.700			1.985.760	1.850.139
		376.309	349.864			2.870.778	2.540.185
				Total do passivo		2.870.778	2.540.185
				Patrimônio líquido	25		
Investimentos	15(b)	63.975	64.012	Capital social		335.906	335.906
Imobilizado	16(b)	2.640.525	2.635.540	Reservas de lucros		1.835.409	1.564.527
Intangível	17(b)	426.111	431.902	Ajustes de avaliação patrimonial		1.601	3.668
Direito de uso em arrendamento	18(b)	3.950	11.453	Total do patrimônio líquido		2.172.916	1.904.101
Total do ativo não circulante		3.510.870	3.492.771	Total do passivo e patrimônio líquido		5.043.694	4.444.286
Total do ativo		5.043.694	4.444.286				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Nota	2022	2021
Receita líquida de contratos com clientes	26(b)	3.207.677	2.587.445
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(2.544.783)	(1.881.384)
Lucro bruto		662.894	706.061
Recargas (despesas) operacionais			
Com vendas	27	(106.517)	(91.197)
Gerais e administrativas	27	(62.014)	(71.879)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	16.729	82.206
		(151.802)	(80.870)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		511.092	625.191
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	15(d)	(776)	(13.304)
Resultado financeiro líquido	29(b)		
Receitas financeiras		148.536	115.494
Despesas financeiras		(294.135)	(304.930)
Variações cambiais, líquidas		17.006	(40.281)
		(128.593)	(229.717)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		381.723	382.170
Imposto de renda e contribuição social	21(b)	(53.079)	2.915
Lucro líquido do exercício		328.644	385.085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		328.644	385.085
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Participação de outros resultados abrangentes de investidas - reflexo	25(d)	233	(584)
		233	(584)
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado			
Remuneração com benefícios de aposentadoria	25(d)	(129)	(158)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	25(d)	(2.171)	(11.368)
		(2.300)	(11.526)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(2.067)	(12.110)
Total do resultado abrangente do exercício		326.577	372.975

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Nota	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		381.723	382.170
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão	27	180.159	172.127
Equivalência patrimonial	15(d)	776	13.304
(Ganho) perda líquido na venda de imobilizado e intangível	28	(430)	539
Provisão para perda de crédito esperada	10(c)	6.439	2.688
Provisão para obsolescência de estoques	11(c)	3.983	369
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	29(b)	95.131	(8.815)
Provisão de processos civis, trabalhistas, fiscais e ambientais	22(b)	19.949	665
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(1.535)	(549)
Juros e encargos sobre uso de bem público	29(b)	42.287	120.603
Contratos futuros de energia - valor justo	28	113.505	267
Outros componentes do resultado financeiro		51.743	121.517
Demais itens que não afetam caixa		(16.039)	(71.112)
		877.691	733.773
(Acréscimo) decréscimo em ativos			
Contas a receber de clientes	(32.483)	1.337	
Estoques	(93)	(162.928)	
Tributos a recuperar	69.743	44.067	
Partes relacionadas	12.161	(27.985)	
Depósitos judiciais	(24.699)	(14.570)	
Demais créditos e outros ativos	(3.482)	(9.157)	
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar	8.779	37.915	
Risco sacado a pagar	67.680	(22.474)	
Salários e encargos sociais	5.110	2.265	
Adiantamento de clientes	3.870		
Tributos a recolher	3.898	(40.160)	
Pagamentos de processos tributários, civis e trabalhistas	(7.093)	(22.810)	
Demais obrigações e outros passivos	9.660	6.254	
Caixa proveniente das operações		990.742	525.527
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19(d)	(30.127)	(25.423)
Juros pagos de UB	(51.542)	(42.763)	
Juros recebidos	295	1.265	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		909.368	458.606
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	(44.408)	(5.940)	
Resgate de aplicações financeiras	2.826	3.698	
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	22.420	10.845	
Aquisição de imobilizado e intangível	(200.352)	(162.942)	
Pagamentos a partes relacionadas		(199.718)	
Recebimentos de partes relacionadas	349	952.795	
Efeito caixa das movimentações de capital em investidas	15(d)	(500)	(18.286)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(219.665)	580.452
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	19(d)	19.962	181.533
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19(d)	(11.973)	(864.014)
Liquidação de arrendamento	18(c)	(9.767)	(9.837)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	(42.137)	(88.995)
Dividendos pagos	25(c)	(34.409)	(388.107)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(78.324)	(991.430)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		611.379	47.628
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		62.433	14.805
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		673.812	62.433
Principais transações que não afetaram o caixa			
Aquisição de investimento com emissão de ações			1.513.187
Ativos de direito de uso em contratos de arrendamento	1.080		320

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores					Patrimônio líquido	
		Capital social	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Lucros acumulados		
			De incentivos fiscais	Legal	Retenção			
Em 1º de janeiro de 2021		218.324	1.357.593	161.246	164.103	(1.277)	15.778	1.915.767
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício							385.085	385.085
Outros componentes do resultado abrangente	25(d)						(12.110)	(12.110)
							385.085	372.975
Distribuições para acionistas								
Aumento de capital social		117.582		(117.582)				
Cancelamento das ações em tesouraria			(1.277)			1,277		
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25(a)(v)		143.555				(143.555)	
Constituição de reserva legal	25(a)(iv)			19.254			(19.254)	
Dividendos prioritários de ações preferencias classe B	25(c)						(33.741)	(33.741)
Dividendos intercalares a partir do resultado do exercício corrente	25(c)						(139.663)	(139.663)
Dividendos deliberados	25(c)						(47.134)	(47.134)
Dividendos intercalares a partir das reservas de anos anteriores					(164.103)		(164.103)	
Retenção de lucros					1,738		(1,738)	
		117.582	142.278	(98.328)	(162.365)	1,277	(385.085)	(384.641)
Em 31 de dezembro de 2021		335.906	1.499.871	62.918	1.738		3.668	1.904.101
Em 1º de janeiro de 2022		335.906	1.499.871	62.918	1.738		3.668	1.904.101
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício							328.644	328.644
Outros componentes do resultado abrangente	25(d)						(2.067)	(2,067)
							328.644	326.577
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25(a)(v)		191.989				(191.989)	
Constituição de reserva legal	25(a)(iv)			4.262			(4,262)	
Dividendos prioritários de ações preferencias classe B	25(c)						(32.885)	(32,885)
Dividendos deliberados	25(c)						(24,877)	(24,877)
Retenção de lucros					74,631		(74,631)	
			191.989	4,262	74,631			

Votorantim Cimentos N/NE S.A.

nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” e a variação cambial é reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado. **(c) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(d) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A exceção do *impairment* do contas a receber (Nota 10), o *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado.

(e) Composição

Ativos	Nota	Valor justo por meio do resultado		Total
		Custo amortizado	2022	
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		673.812	673.812
Aplicações financeiras	9(b)		77.024	77.024
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		164.724	164.724
Contas a receber de clientes	10(b)	155.617		155.617
Partes relacionadas	13(b)	3.319		3.319
		158.936	915.560	1.074.496
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	470.346	249.299	719.645
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		191.061	191.061
Risco sacado a pagar	20	151.864		151.864
Arrendamento	18(c)		4.322	4.322
Fornecedores e outras contas a pagar		362.411		362.411
Salários e encargos sociais		43.986		43.986
Partes relacionadas	13(b)	6.600		6.600
Uso de bem público	23(b)	711.790		711.790
		1.751.319	440.360	2.191.679
			2021	

Ativos	Nota	Valor justo por meio do resultado		Total
		Custo amortizado	2021	
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		62.433	62.433
Aplicações financeiras	9(b)		34.202	34.202
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		180.665	180.665
Contas a receber de clientes	10(b)	118.767		118.767
Partes relacionadas	13(b)	5.232		5.232
		123.999	277.300	401.299
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	442.357	279.132	721.489
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		152.436	152.436
Risco sacado a pagar	20	84.184		84.184
Arrendamento	18(c)		12.385	12.385
Fornecedores e outras contas a pagar		353.632		353.632
Salários e encargos sociais		38.876		38.876
Partes relacionadas	13(b)	6.600		6.600
Uso de bem público	23(b)	712.204		712.204
		1.650.238	431.568	2.081.806
			2021	

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos itens de caixa e equivalentes de caixa.

(f) Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia divulga as mensurações do valor justo por nível de hierarquia dos principais ativos e passivos, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	Valor justo medido com base em		2022
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	
				Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	101.674	572.138	673.812
Aplicações financeiras	9(b)	63.219	13.805	77.024
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		164.724	164.724
		164.893	750.667	915.560
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19(b)		664.803	664.803
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		191.061	191.061
			855.864	855.864
			2021	

	Nota	Valor justo medido com base em		2021
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	
				Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	39.070	23.363	62.433
Aplicações financeiras	9(b)	20.159	14.043	34.202
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		180.665	180.665
		59.229	218.071	277.300
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (i)	19(b)		698.880	698.880
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		152.436	152.436
			851.316	851.316

Os demais instrumentos financeiros não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

(a) Práticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Composição**

	2022	2021
Moeda nacional		
Caixa e bancos	1.496	892
Certificado de Depósito Bancário - CDBs	572.138	23.363
Operações compromissadas - Títulos públicos	100.178	38.178
	673.812	62.433

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa em moeda local é equivalente a 102,12% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2021 - 100,28% a.a. do CDI).

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Práticas contábeis: As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificados no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e / ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos. **(b) Composição:** As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2022	2021
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	63.219	20.159
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	13.805	14.043
	77.024	34.202
Circulante	77.024	34.202
	77.024	34.202

A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras é equivalente a 100,38% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2021 - 100,06% a.a. do CDI).

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

(a) Práticas contábeis: (i) **Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda de crédito esperada. A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 “Instrumentos financeiros” para calcular as perdas de crédito estimadas. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, a Companhia desenvolveu uma matriz de provisão considerando o histórico de contas não recebidas e outros dados prospectivos relevantes por meio da análise de risco para calcular a perda de crédito esperada. A matriz possui diferentes taxas de perda para diferentes intervalos de tempo do contas a receber e é aplicada em todo o saldo de contas a receber, incluindo o saldo de contas a receber não vencido. Todos os recebíveis vencidos há mais 120 dias são provisionados e os recebíveis vencidos há mais de 365 dias são revisados trimestralmente para avaliar se serão baixados.

(b) Composição

	Nota	2022	2021
Clientes brasileiros		156.312	111.841
Clientes fora do Brasil			451
Partes relacionadas	13(b)	7.472	19.009
		163.784	131.301
Perda de crédito esperada	10(c)	(8.167)	(12.534)
		155.617	118.767

(c) Movimentação da perda de crédito esperada

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(12.534)	(20.992)
Adições	(9.060)	(5.491)
Reversões	2.621	2.803
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobrável	10.806	11.146
Saldo no final do exercício	(8.167)	(12.534)

(d) Vencimento: Os saldos abaixo por vencimento não consideram a provisão de perda de crédito esperada.

A vencer	143.752	110.476
Vencidos até 3 meses	11.832	6.855
Vencidos entre 3 e 6 meses	3.118	6.274
Vencidos há mais de 6 meses	5.082	7.696
	163.784	131.301

O risco de crédito do contas a receber de clientes que não estão vencidos e não estão provisionados para *impairment* está apresentado na Nota 6.4.1.

11 ESTOQUES

(a) Práticas contábeis: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos de produção. O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado do respectivo produto. A Companhia realiza o inventário físico cíclico durante o ano das mercadorias constantes em seu estoque, e os ajustes de inventário são registrados na rubrica “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”, exceto por ajustes resultantes do processo de distribuição, que são contabilizados como “despesas de vendas”. Uma provisão para perda de estoques obsoletos é reconhecida com base principalmente no histórico de baixa movimentação dos itens (*slow moving*). O estoque obsoleto é baixado quando é vendido ou sucateado.

(b) Composição

	2022	2021
Produtos acabados	24.628	22.328
Produtos semi-acabados	186.597	154.164
Matérias-primas	35.714	23.652
Combustíveis	88.343	86.074
Materiais auxiliares e de consumo	18.401	18.853
Materiais de manutenção	84.335	62.661
Importações em andamento	28.142	83.724
Outros	16.863	31.474
Provisão para perda de estoque (i)	(25.935)	(21.952)
	457.088	460.978

(i) A estimativa de perdas em estoque refere-se substancialmente aos materiais obsoletos e de baixo giro.

(c) Movimentação da estimativa de estoque

	Produtos acabados	Produtos semi acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(304)	(540)	(116)	(2.179)	(12.123)	(6.690)	(21.952)
Adições	(500)	(663)	(311)	(1.397)	(6.410)	(616)	(9.897)
Baixas e reversões	336	2	155	1.364	2.315	1.742	5.914
Saldo no final do exercício	(468)	(1.201)	(272)	(2.212)	(16.218)	(5.564)	(25.935)

	Produtos acabados	Produtos semi acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(123)	(526)	(36)	(1.648)	(14.844)	(4.406)	(21.583)
Adições	(1.564)	(69)	(87)	(1.281)	(3.362)	(2.600)	(8.963)
Baixas e reversões	1.383	55	7	750	6.083	316	8.594
Saldo no final do exercício	(304)	(540)	(116)	(2.179)	(12.123)	(6.690)	(21.952)

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

(a) Práticas contábeis: Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal pela Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados. Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente pela Companhia. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

(b) Composição

	2022	2021
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	143.776	220.135
Programa de Integração Social - PIS (i)	39.379	42.633
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	21.215	30.099
ICMS sobre ativo imobilizado	6.880	6.547
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	4.554	6.021
Outros	4.653	4.567
	220.457	310.002
Circulante	121.782	249.150
Não circulante	98.675	60.852
	220.457	310.002

(i) Os saldos referem-se principalmente a créditos tributários relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS da Companhia, reconhecidos em fevereiro de 2019 após o trânsito em julgado em ação judicial relativa à tese de exclusão. A redução dos saldos reflete a utilização desses créditos para compensação de contas a pagar de tributos federais ao longo do exercício.

13. PARTES RELACIONADAS

(a) Práticas contábeis: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (controladas e coligadas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

(b) Saldos patrimoniais

	Caixa, aplicações financeiras e derivativos, líquidos		Contas a receber de clientes		Demais ativos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Sociedade controladora						
Votorantim S.A.					3.319	3.319
Votorantim Cimentos S.A.			314	2.071		10.800
Sociedades controladas e coligadas						
Banco Votorantim S.A. (i)	72.135	13.256				
Motz Transporte Ltda.						1.913
Supermix Concreto S.A. (ii)			5.925	4.574		
Votorantim Cement Trading S.L.				12.073		
Outros			1.233	291		
	72.135	13.256	7.472	19.009	3.319	16.032
Circulante	75.291	16.196	7.472	19.009		
Não circulante	(3.156)	(2.940)			3.319	16.032
	72.135	13.256	7.472	19.009	3.319	16.032

	Fornecedores		Arrendamento		Dividendos a pagar		Demais passivos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Sociedade controladora								
Votorantim S.A.	1.266	149	476	1.067		127		
Votorantim Cimentos S.A.	56.089	18.798			57.762	34.282	6.600	6.600
Sociedades controladas e coligadas								
Motz Transporte Ltda.	704	4.005						
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	4.383	16.304						
Votorantim Cement Trading S.L.		62.673						
Outros								

Votorantim Cimentos N/NE S.A.

(b) Composição

	2022			2021		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais
Tributárias	102.344	15.897	118.241	86.837	9.317	96.154
Cíveis	60	3	63	62	44	106
Trabalhistas		12.301	12.301		12.661	12.661
Ambientais	30		30	27		27
	102.434	28.201	130.635	86.926	22.022	108.948

15. INVESTIMENTOS

(a) **Práticas contábeis:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Tais investimentos são reconhecidos a partir da data que a Companhia obtiver controle inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle deixar de existir. Quando a Companhia deixa de ter controle sobre controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança do valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", são reclassificados no resultado.

(b) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2022				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2022	2021	2022	2021	
								2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Calmit Mineração e Participações Ltda.	9.676	232	100,00	232	(3.742)	9.676	9.440	
Fazenda São Miguel Ltda.	32.552	(780)	100,00	(780)	(236)	32.552	33.332	
Pedreira Pedra Negra Ltda.	20.015	(228)	100,00	(228)	(9.326)	20.015	19.509	
Outros investimentos						1.732	1.731	
				(776)	(13.304)	63.975	64.012	

(c) **Informações sobre as empresas investidas:** Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(i) Contas patrimoniais:

	2022					
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Controladas						
Calmit Mineração e Participações Ltda.	100,00	1.172	18.245	40	9.701	9.676
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	6.503	30.235	1.331	2.855	32.552
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	8.714	16.079	646	4.132	20.015

	2021					
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Controladas						
Calmit Mineração e Participações Ltda.	100,00	1.634	17.607		9.801	9.440
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	8.250	29.110	1.401	2.627	33.332
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	5.528	20.344	764	5.599	19.509

(ii) Resultado

	2022							
	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Calmit Mineração e Participações Ltda.				(243)	637	(383)	221	232
Fazenda São Miguel Ltda.	8.452	(7.550)	902	(2.026)		344		(780)
Pedreira Pedra Negra Ltda.				(975)	91	656		(228)

	2021							
	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Lucro bruto	Receitas (despesas) operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Prejuízo do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Calmit Mineração e Participações Ltda.				(671)	17	(2.239)	(849)	(3.742)
Fazenda São Miguel Ltda.	7.834	(5.591)	2.243	(2.669)		192		(234)
Pedreira Pedra Negra Ltda.				579	(10.268)	363		(9.326)

	2022							
	Receita líquida	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Prejuízo do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Calmit Mineração e Participações Ltda.				(671)	17	(2.239)	(849)	(3.742)
Fazenda São Miguel Ltda.	7.834	(5.591)	2.243	(2.669)		192		(234)
Pedreira Pedra Negra Ltda.				579	(10.268)	363		(9.326)

(d) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	64.012	64.088
Equivalência patrimonial	(776)	(13.304)
Aumento de capital - Pedreira Pedra Negra Ltda.		19.500
Redução de capital - Calmit Mineração e Participações Ltda.		(5.626)
Redução de capital - Fazenda São Miguel Ltda.		(3.234)
Ganho na compra e venda de ações - Fazenda São Miguel Ltda.		2.329
Outros	239	259
Saldo no final do exercício	63.975	64.012

16. IMOBILIZADO

(a) **Práticas contábeis:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para *impairment* de ativos não financeiros (Nota 5.2). Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" no resultado conforme Nota 28. A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está descrita na Nota 5.2.

(b) Composição e movimentação

	2022							
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	228.549	729.601	3.130.788	29.814	11.163	173.648	11.054	4.314.617
Depreciação acumulada	(19.887)	(221.380)	(1.399.572)	(25.500)	(8.157)		(4.581)	(1.679.077)
Saldo líquido	208.662	508.221	1.731.216	4.314	3.006	173.648	6.473	2.635.540
Adições	714		670			186.528		187.912
Baixas	(35)		(21.888)		(67)			(21.990)
Depreciação	(1.972)	(15.232)	(132.605)	(2.359)	(706)		(398)	(153.272)
Transferências para intangível						(7.665)		(7.665)
Transferências	20	11.525	79.287	5.524	1.626	(97.445)	(537)	
Saldo no final do exercício	207.389	504.514	1.656.680	7.479	3.859	255.066	5.538	2.640.525
Custo	229.283	741.091	3.181.273	34.025	12.620	255.066	10.328	4.463.686
Depreciação acumulada	(21.894)	(236.577)	(1.524.593)	(26.546)	(8.761)		(4.790)	(1.823.161)
Saldo líquido no final do exercício	207.389	504.514	1.656.680	7.479	3.859	255.066	5.538	2.640.525
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	2	5	20	10		2	

	2021							
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	204.621	683.915	2.883.338	30.382	10.975	327.238	11.078	4.151.547
Depreciação acumulada	(18.175)	(206.595)	(1.276.619)	(23.401)	(7.355)		(4.161)	(1.536.306)
Saldo líquido	186.446	477.320	1.606.719	6.981	3.620	327.238	6.917	2.615.241
Adições			311			167.915		168.226
Baixas	(3.171)	(16)	(8.099)		(98)			(11.384)
Depreciação	(1.713)	(14.182)	(126.356)	(2.620)	(825)		(420)	(146.116)
Reclassificação de ativos mantidos para venda								3.172
Transferências para intangível						(10.584)		(10.584)
Efeito de coligada incorporada	6.731							6.731
Transferências	17.197	45.099	258.641	(47)	309	(310.921)	(24)	10.254
Saldo no final do exercício	208.662	508.221	1.731.216	4.314	3.006	173.648	6.473	2.635.540
Custo	228.549	729.601	3.130.788	29.814	11.163	173.648	11.054	4.314.617
Depreciação acumulada	(19.887)	(221.380)	(1.399.572)	(25.500)	(8.157)		(4.581)	(1.679.077)
Saldo líquido no final do exercício	208.662	508.221	1.731.216	4.314	3.006	173.648	6.473	2.635.540
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	2	5	20	10		2	

(c) **Obras em andamento:** A conta de obras em andamento é composta de investimentos e projetos em construção pela Companhia que ainda não entraram em operação ao final do exercício, representados principalmente por aquisição ou reposição de máquinas e equipamentos industriais ligados à continuidade da operação das fábricas e minas (*sustaining*), investimentos em projetos de modernização industrial e expansão da capacidade produtiva, como também novas tecnologias relacionadas com metas de descarbonização (meio ambiente e segurança). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos são compostos pelas seguintes categorias:

Sustaining		
Modernização industrial		
Meio ambiente e segurança		
Expansão		
Outros		
	255.066	173.648

Os saldos de obras em andamento ao final do exercício são representados principalmente por projetos pulverizados entre as fábricas, minas e regiões de atuação da Companhia, não havendo concentração relevante em projetos específicos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os encargos sobre empréstimos e financiamentos capitalizados nas obras em andamento totalizaram R\$ 1.874 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 5.627). A taxa de capitalização utilizada foi de 10,02% a.a. (31 de dezembro de 2021 - 5,79% a.a.).

17. INTANGÍVEL

(a) **Práticas contábeis:** (i) **Ágio:** Os ágios decorrentes de aquisições de controladas, são reconhecidos na data de aquisição e mensurados pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. A recuperabilidade do ativo é testada anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não podem ser revertidas. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está descrita na Nota 5.2. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. (ii) **Direitos sobre recursos naturais:** Quando a viabilidade econômica das reservas minerais é comprovada, as contraprestações pagas para aquisição dos direitos de exploração mineral são capitalizadas. Nas operações de mineração relacionadas ao negócio de cimento, é necessário remover o estéril e outros materiais residuais para acessar o minério. O processo de mineração do estéril e resíduos é denominado decapagem. Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção ou quando da abertura de uma nova frente, os custos de remoção são capitalizados como ativos intangíveis. Durante a fase de produção, e para acessar novos depósitos, os custos de remoção são capitalizados como ativos intangíveis; em outras situações esses custos são reconhecidos como parte do estoque. Quando a mina se torna operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração passam a ser amortizados ao longo da vida útil da mina por unidades de produção ou pelo método linear. Os custos de construção capitalizados relativos à planta são reconhecidos em "Máquinas, equipamentos e instalações" na linha de imobilizado. (iii) **Softwares:** Os custos com a aquisição de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente, a Companhia não possui projetos de desenvolvimento interno de *softwares*. (iv) **Uso de bem público:** Uso de bem público referem-se aos direitos de exploração de usinas de energia hidrelétrica, mediante contrato com o governo que estabelece o prazo, as condições e o valor a ser pago pela Companhia. Os ativos reconhecidos como uso de bem público são designados apenas para uso próprio e não para o uso público ou venda de serviços para terceiros. O valor das obrigações futuras descontado ao valor presente pelo fluxo de pagamento futuro é reconhecido no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O valor é inicialmente reconhecido como passivo (obrigação) e ativo intangível (ativo de direito de uso de bem público). A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão (que é o mesmo do período de operação). O passivo financeiro aumenta para refletir os juros dos ajustes a valor presente e reduz com os pagamentos já feitos. (v) **Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência:** Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Essas cláusulas possuem vida útil finita e são mensuradas pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, sendo de 15 anos para relação com clientes e de 5 anos para acordos de não concorrência. (vi) **Obrigações com descomissionamento de ativos (Asset Retirement Obligation - "ARO"):** A Companhia possui as obrigações de descomissionamento em decorrência da exploração de minas para extração de recursos naturais. As políticas contábeis referentes a contrapartida passiva do ARO estão divulgadas na Nota 22(a). O custo com descomissionamento, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito mineração. O ativo é amortizado pelo método linear pelo prazo remanescente da vida útil da mina. A Companhia revisa periodicamente a vida útil de suas minas e a estimativa do valor futuro necessário para a recuperação da área explorada.

(b) Composição e movimentação

	2022								
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Uso do bem público e repactuação do risco hidrológico	ARO e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	210.658	64.185	256.171	34.133	19.697	12.184		13.008	610.036
Amortização e exaustão acumulada	(57.265)		(105.599)	(5.876)	(2.324)	(7.070)			(178.134)
Saldo líquido	153.393	64.185	150.572	28.257	17.373	5.114		13.008	431.902
Adições			1.569				12.745		14.314
Amortização e exaustão	(8.304)		(6.742)		(826)	(668)	(1.764)		(18.304)
Revisão de provisão por mudança da estimativa (i)					(9.466)				(9.466)
Transferências do ativo imobilizado									7.665
Transferências	8.433					1.209			(9.642)
Saldo no final do exercício	153.522	64.185	143.830	19.534	16.705	4.559		10.768	13.008
Custo	219.091	64.185	256.171	26.236	19.697	13.322		10.768	13.008
Amortização e exaustão acumulada	(65.569)		(112.341)	(6.702)	(2.992)	(8.763)			(196.367)
Saldo									

Votorantim Cimentos N/NE S.A.

	2021			Total
	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	
Saldo no início do exercício				
Custo	9.169	25.639	2.493	37.301
Amortização acumulada	(5.632)	(10.732)	(1.152)	(17.516)
Saldo líquido	3.537	14.907	1.341	19.785
Adições	320			320
Amortização	(2.133)	(5.997)	(522)	(8.652)
Saldo no final do exercício	1.724	8.910	819	11.453
Custo	9.489	25.639	2.493	37.621
Amortização acumulada	(7.765)	(16.729)	(1.674)	(26.168)
Saldo líquido no final do exercício	1.724	8.910	819	11.453
Taxas médias anuais de amortização - %	57	44	43	

(c) Composição e movimentação do passivo de arrendamento

	2022	2021
Saldo no início do exercício	12.385	20.756
Adições	1.080	320
Liquidações	(9.767)	(9.837)
Ajuste a valor presente	624	1.146
Saldo no final do exercício	4.322	12.385
Circulante	4.322	11.765
Não circulante		620
	4.322	12.385

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(a) Práticas contábeis: (i) Mensuração ao custo amortizado: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido no resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se a taxa de juros efetiva. **(ii) Mensuração ao valor justo por meio do resultado:** Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 (que regulamenta o capital estrangeiro no Brasil) possuem swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real. Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em CDI e em BRL. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um descausamento contábil no resultado e para eliminar este descausamento contábil, as operações vigentes foram designadas como *fair value option*, sendo o efeito desta designação a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado. O valor justo do empréstimo e dos instrumentos financeiros derivativos leva em conta o risco de crédito da Companhia, o qual é calculado com base nas curvas de mercado, e a alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito é registrado no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Caso a classificação do risco de crédito no patrimônio líquido crie ou aumente o descausamento contábil no resultado, a Companhia deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado do exercício. O montante acumulado das alterações do risco de crédito permanece na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para a rubrica de "Lucros acumulados", sem afetar o resultado do exercício. **(iii) Método de cálculo:** Para as dívidas contratadas em taxa flutuante, o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa de juros de mercado da moeda em que a dívida é denominada, além de adicionar o "spread" definido em contrato. A exceção é um contrato pré-fixado, no qual o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa fixa definida no momento da contratação. O valor presente da dívida denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva do cupom cambial (a remuneração, em dólares estadunidense, dos reais investidos no Brasil), considerando o risco de crédito da Companhia com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Em função do prazo e materialidade dessas dívidas, variações na taxa de mercado em que essas dívidas são denominadas e na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. O valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva dos *swaps* atrelados a essa dívida também é estimado pela taxa de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. Assim como na dívida, o valor presente da ponta denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva de cupom cambial e, no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI divulgada pela B3, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte, a depender do ajuste estimado. **(iv) Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demande um período substancial (usualmente 12 meses) para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo do ativo. Custos de empréstimos consistem nos juros e outros custos que uma entidade incorre em conexão com o empréstimo dos fundos. Demais custos de empréstimos, incluindo mudança de taxas, são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(b) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (ii)	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Moeda nacional									
Debêntures CRI	4,08% IPCA	2.000	1.862	369.798	347.023	371.798	348.885	314.210	324.844
BNB	1,54% IPCA	11.065	8.747	68.729	69.223	79.794	77.970	82.672	79.711
FINAME	5,78% Pré BRL	1.291	1.298	586	1.872	1.877	3.170	1.786	2.967
Outros		6.376	5.109	10.502	7.223	16.878	12.332	16.836	12.226
		20.732	17.016	449.615	425.341	470.347	442.357	415.504	419.748
Moeda estrangeira									
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	3,37% Pré USD	1.280	702	248.018	278.430	249.298	279.132	249.299	279.132
		22.012	17.718	697.633	703.771	719.645	721.489	664.803	698.880
Juros sobre empréstimos e financiamentos		6.276	7.354						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		15.736	10.364						
		22.012	17.718						

CDI - Certificado de Depósito Interbancário. IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo. FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais. BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. BRL - Reais. (i) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real. A política para contabilização desses instrumentos está descrita na Nota 19(a). (ii) O valor justo dos títulos é o preço unitário no último dia de negociação na data final de emissão do relatório multiplicado pela quantidade emitida. Para os demais empréstimos e financiamentos, o valor justo é baseado no montante dos fluxos de caixa contratuais e a taxa de desconto utilizada é baseada na taxa de contratação de uma nova operação em condições semelhantes ou na falta desta, na curva futura de fluxo de caixa obrigatório. **(c) Perfil de vencimentos:** Os saldos apresentados abaixo não conciliam com os saldos apresentados na tabela anterior (Nota 19 (b)), considerando que não estão contemplados os custos de captação, ajuste de valor justo e ajustes de risco de crédito.

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Total
Moeda nacional										
Debêntures CRI	2.893			73.300	73.300	73.300			156.532	379.325
FINAME	1.291	586								1.877
BNB	11.068	10.851	10.852	10.862	10.848	10.840	10.869	3.628		79.818
Outros	6.376	5.174	5.328							16.878
	21.628	16.611	16.180	10.862	84.148	84.140	84.169	3.628	156.532	477.898
% amortizado por ano	4,53%	3,48%	3,39%	2,27%	17,61%	17,61%	17,61%	0,76%	32,75%	100,00%
Moeda estrangeira										
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	1.590					260.885				262.475
	1.590					260.885				262.475
% amortizado por ano	0,61%					99,39%				100,00%
	23.218	16.611	16.180	10.862	84.148	345.025	84.169	3.628	156.532	740.373
% amortizado por ano	3,14%	2,24%	2,19%	1,47%	11,37%	46,60%	11,37%	0,49%	21,14%	100,00%

(i) Conforme item (i) na letra (b) acima. **(d) Movimentação**

	Nota	2022	2021
Saldo no início do exercício		721.489	1.318.020
Captações		19.962	181.533
Varição cambial		(18.049)	33.265
Correção monetária		21.883	31.512
Provisão de juros		30.472	27.445
Juros pagos		(30.127)	(25.423)
Apropriação dos custos de captações, líquida das adições		875	(2.862)
Ajuste a valor justo	29(b)	(16.605)	4.092
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		1.718	17.921
Liquidações		(11.973)	(864.014)
Saldo no final do exercício		719.645	721.489

As principais captações e amortizações executadas entre os exercícios de 2022 foram as seguintes: **(i) Renegociações das condições contratuais:** Em abril de 2022, a Companhia renegociou as condições contratuais do empréstimo sob a Lei nº 4.131/1962, contratado em 2020 no montante de USD 50 milhões (R\$ 247 milhões). A Companhia estendeu o prazo de vencimento de 2025 para 2028 e contratou um novo *swap* (instrumento financeiro derivativo) para a troca de taxa fixa em USD para taxa flutuante em CDI, bem como a troca de moeda, dólar para real. O *swap* anterior foi extinto no momento da renegociação do contrato principal de empréstimo. Como parte da renegociação dos termos contratuais, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial do passivo financeiro, com isso não houve seu desconhecimento.

(e) Composição por moeda

	Circulante		Não Circulante		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Real	20.732	17.016	449.615	425.341	470.347	442.357
Dólar estadunidense	1.280	702	248.018	278.430	249.298	279.132
	22.012	17.718	697.633	703.771	719.645	721.489

(f) Garantias: Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 641.799 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 636.937) do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia estavam garantidos por avais de partes relacionadas, enquanto R\$ 1.877 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 3.169) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária e hipoteca, e R\$ 79.818 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 77.977) estavam garantidos por fiança bancária.

20. RISCO SACADO A PAGAR

A Companhia firmou convênios junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias para as instituições financeiras e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, descontado por um deságio cobrado diretamente pelo banco no momento da cessão, que por sua vez, passa a ser credor da operação. Independente desses convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Companhia e o fornecedor. A Companhia, como parte do curso normal dos seus negócios, também recebe de seus fornecedores, notificação de solicitação de cessão de crédito para instituições financeiras diversas, com o objetivo de antecipação de seus recebíveis. Quando notificada, a Companhia efetua o pagamento das duplicatas diretamente às instituições financeiras, nos exatos termos e condições acordados com o fornecedor. Esses casos, por não estarem contemplados em arcabouço contratual definido pelos convênios de risco sacado, não são destacados nessa classificação e considerados normalmente na linha de contas a pagar a fornecedores. Com base nos requerimentos do IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia avaliou que estas transações não geram modificação substancial dos passivos originais com fornecedores e, dessa forma, os pagamentos desses títulos são apresentados como saídas de caixa dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa, de acordo com o IAS 7 / CPC 03 (R2), equivalente ao contas a pagar com fornecedores. A Companhia também avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são irrelevantes para mensuração e divulgação. A Companhia entende que a apresentação do valor devido como Risco sacado a pagar é relevante para o entendimento da sua posição patrimonial. Os montantes de contas a pagar incluídas nesses contratos estão demonstradas abaixo:

Operações de risco sacado

Fornecedor - mercado interno	Prazo máximo	2022	2021
	Até 180 dias	151.864	84.184
		151.864	84.184

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER E DIFERIDOS

(a) Práticas contábeis: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e os demais impostos sobre o lucro, registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que a Companhia atua e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Os impostos e contribuições sobre o lucro correntes, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente, conforme descrito na Nota 5.3. **(b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL:** Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação, com base na alíquota nominal brasileira:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	381.723	382.170
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(129.786)	(129.938)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	(264)	(4.523)
Doações e subvenções para investimentos	53.179	38.244
Incentivo fiscal	38.760	32.221
Crédito referente a não incidência de IR e CS sobre SELIC de indêbitos (i)	(26.507)	63.827
Constituição de prejuízo fiscal de exercícios anteriores		3.843
Juros sobre SELIC de indêbitos	8.465	
Juros sobre IPCA do rendimento de aplicação financeira	5.139	
Outras adições permanentes, líquidas	(2.065)	(759)
IRPJ e CSLL apurados	(53.079)	2.915
Correntes	(11.348)	(21.573)
Diferidos	(41.731)	24.888
IRPJ e CSLL no resultado	(53.079)	2.915
Taxa efetiva - %	13,91	(0,76)

(i) A Companhia constituiu, de acordo com as normas CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" e a Interpretação Técnica ICPC 22 / IFRIC 23 "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro", uma provisão para créditos referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) recebidos em razão de reembolso de pagamento indevido. A decisão do Recurso Especial (RE) julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 24 de setembro de 2021 ainda não foi transitada em julgado, cabe recurso. A Companhia entrou com ação judicial a respeito do assunto, cujos resultados favoráveis são considerados prováveis. No exercício de 2022, foi realizada a análise do potencial impacto da aplicação da referida tese para o período sub judice, resultando em estorno no montante de R\$ 26.507. Com isso, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 31.654 para a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social a recuperar" e também, realizou uma realocação por natureza no montante de R\$ 5.665 para "Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa" na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

(c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos

	2022	2021
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	5.665	529
Crédito referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre SELIC de indêbitos (i)		63.827
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Provisões judiciais	60.267	53.347
Provisão de participação no resultado, gratificações e dissídio	9.440	7.853
Provisão para encargos de energia	1.037	969
Uso de bem público	68.102	72.234
Provisão para perdas de estoques	8.818	7.464
Obrigação com descomissionamento de ativos	4.847	6.165
Impairment de ativos	340	602
Instrumento financeiro - Compromisso firme	42.681	4.089
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado	4.753	28.476
Diferimento de perdas em contratos de derivativos	8.191	
Perda de crédito esperada	2.777	3.764
Ajuste a valor justo - Lei nº 4.131/1962		2.288
Outros créditos	8.666	9.085
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(333.741)	(321.249)
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado	(7.700)	(7.972)
Amortização fiscal de ágio	(9.015)	(4.688)
Juros capitalizados	(21.757)	(24.288)
Repactuação do risco hidrológico	(18.107)	(18.956)
Diferimento sobre risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	(1.109)	(2.228)
Ajuste a valor presente	(4.871)	(4.196)
Ajuste a valor justo - Lei nº 4.131/1962	(2.606)	
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos		(9.827)
Outros débitos	4	(26)
	4	(26)
Líquido	(173.318)	(132.738)

(i) Conforme item (i) na Nota 1(b) acima. **(d) Efeito dos impostos e contribuições diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente**

	Nota	2022	2021
Saldo no início do exercício		(132.738)	(163.163)
Efeito no resultado		(41.731)	24.488
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	25(d)	1.119	5.856
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	25(d)	32	82
Outros			(1)
		(173.318)	(132.738)

22. Provisões e depósitos judiciais - (a) Práticas contábeis: (i) Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental: A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões cíveis, tributárias e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. A provisão trabalhista é realizada inicialmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos, sendo a média determinada separadamente por negócio e por: (i) processos próprios; e (ii) processos de terceiros em que a Companhia tem responsabilidade solidária e / ou subsidiária. Para processos de funcionários próprios com perda provável acima de R\$ 500, as provisões são mensuradas baseadas em uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrarem na fase de execução, terão sua provisão atualizada para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), para funcionários próprios e / ou terceiros insolventes. **(ii) Obrigações com descomissionamento de ativos (Asset Retirement Obligation - "ARO"):** A mensuração das obrigações com descomissionamento de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade, ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação. As obrigações consistem, principalmente, de custos associados com o encerramento das atividades. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente. O custo com descomissionamento de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minierário, que é amortizado ao longo de sua vida útil. As políticas contábeis referentes à contrapartida ativa da obrigação com descomissionamento de ativos, estão divulgadas na Nota 17(a). A taxa de juros utilizada para trazer as obrigações com descomissionamento de ativos a valor presente é estimada através da taxa livre de risco do mercado americano (*Treasury USA 30y Yield*) adicionando o risco país e diferencial de inflação. O valor da provisão aumenta progressivamente ao longo do tempo à medida que o efeito do desconto a valor presente é desfeito, resultando em uma despesa reconhecida no resultado financeiro. O

Votorantim Cimentos N/NE S.A.

28. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

(a) Práticas contábeis: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente: • Receitas e despesas de juros reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos; • Custos para pré-pagamento de empréstimos, incluindo amortização de custos de captação; • Ganhos e perdas geradas pela remensuração de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber); • Ganhos/perdas líquidas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e • Reclassificações de ganhos/perdas líquidas previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(b) Composição

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras		36.876	1.388
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	19(d)	36.295	17.711
Juros sobre ativos financeiros		31.586	11.568
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	13.848	30.880
Reversão de atualização monetária de provisões		17.457	37.886
Atualização monetária sobre ativos		8.625	3.241
Descontos obtidos			116
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(c)	3.849	12.704
		148.536	115.494

	Nota	2022	2021
Despesas financeiras			
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	(104.927)	(21.200)
Capitalização de juros sobre empréstimos	16(c)	1.874	5.284
Juros e encargos sobre uso de bem público		(42.287)	(120.603)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos		(40.125)	(55.916)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros		(30.894)	(27.553)
Correção monetária sobre empréstimos e financiamentos		(25.104)	(31.512)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	19(d)	(19.690)	(21.803)
Ajuste a valor presente - CPC 12		(11.721)	(7.013)
Instrumentos financeiros derivativos com partes relacionados	13(c)	(4.052)	(865)
PLS e COFINS sobre receitas financeiras		(3.373)	(1.202)
Custos com captação de empréstimo		(1.256)	(3.635)
IR sobre remessas de juros ao exterior		(1.083)	(1.388)
Juros sobre impostos a pagar		(312)	(460)
Encargos sobre operações de descontos		(70)	(2.553)
Outras despesas financeiras		(11.115)	(14.511)
		(294.135)	(304.930)
		17.006	(40.281)
		(128.593)	(229.717)
Ganho (perda) cambial, líquido			

29. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui determinados tipos de contratos de compra de matérias-primas específicas que se destinam a substituir parcialmente o clínquer, principal componente do produto cimentício. Há também outros contratos de compra com o objetivo de substituir o uso de energia fóssil por fontes alternativas de energia. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo finalizado em 2042. A Companhia também firmou contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para as operações brasileiras, que visam suprir eventuais necessidades adicionais que não seriam atendidas por suas próprias usinas hidrelétricas. Alguns deles são contratos com partes relacionadas.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Distribuição de dividendos intercalares: Em 17 de março de 2023, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas relacionados ao resultado do exercício de 2022 no montante de R\$ 121.960, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório e dividendos prioritários do exercício após deliberação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária. O montante foi pago em 21 de março de 2023.

DIRETORIA		
Oswaldo Ayres Filho Diretor Presidente	Bianca Nasser Patrocínio Diretor Vice Presidente	Hugo Sogayar Armelin Diretor
CONTADOR		
Joarez Baida - CRC PR 048.327/O-7 "S" PE		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Votorantim Cimentos N/NE S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Cimentos N/NE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras consolidadas:** Conforme descrito na Nota 4.1, a Votorantim Cimentos S.A. elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 1º de março de 2023. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas

não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
CRC 1SP196994/O-2



Publicidade Legal - 31 de março de 2023 - VOTORANTIM
CIMENTOS NNE S A - BALANÇO pdf

Código do documento 93f93707-1269-4ad4-9f04-46a5cebe2496



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

30 Mar 2023, 19:27:19

Documento 93f93707-1269-4ad4-9f04-46a5cebe2496 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-30T19:27:19-03:00

30 Mar 2023, 19:27:33

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-30T19:27:33-03:00

30 Mar 2023, 19:28:27

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 189.115.171.252 (189.115.171.252.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 39290). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2023-03-30T19:28:27-03:00

Hash do documento original

(SHA256):7c40077cf84b5eedfd1be022919326dcba0aa08154c351e93fa6c361754461cf
(SHA512):24f577ccc9f1d825c8dd12141230a41cde9bdf79d63e8f25ec32791e45a8c124af001c8566d09b6f41cb5c627a1e64ff27f66e6340d5983418bb228564d0af95

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign